

Dúvidas nas negociações com os bancos

GAZETA MERCANTIL

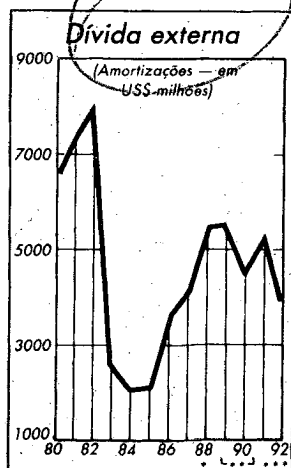
29 JAN 1993

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A estratégia do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a dívida externa prevê algumas circunstâncias em que um país em desenvolvimento, negociando seu Plano Brady com um acordo "stand by" em andamento, pode solicitar um saque especial para compra de garantias. O montante neste caso é superior ao teto de 25% dos desembolsos trimestrais, separado na estratégia normal para ajuda com garantias.

Mas uma fonte da instituição observa que esses saques especiais dependem primeiro de uma negociação do país com o Fundo. E depois de passar ao nível técnico, a autorização ainda sobe para aprovação da diretoria, uma decisão política.

O FMI aprovou um acordo "stand by" para o Brasil a 29 de janeiro de 1992, prevendo recursos de US\$ 2,1 bilhões para apoiar o programa de reformas econômicas, com sete desembol-



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
Obs.: Exclui amortizações refinanciadas a partir de 1983.
... Exclui pagamento de Bridge Loan
... Exclui pagamentos em atraso.
... Até junho.

sos semestrais dependendo do cumprimento de metas combinadas. Um quarto desses desembolsos trimestrais é que normalmente são separados para compra de garantias.

Apenas o primeiro desembolso, que se faz sem o cumprimento de meta alguma, aconteceu. O País não cumpriu suas metas de 1992 e por isso o governo Collor de Mello preferiu não pedir os demais desembolsos, que dependeriam da aprovação da suspensão temporária das metas pela diretoria do Fundo.

A informação do negociador-chefe da dívida brasileira, Pedro Malan, de que o Brasil vai pedir esse saque especial, indica que o estágio de negociação com o Fundo está em andamento. Existem algumas coisas sobre o Plano Brady do Brasil, como essa, que não estão no texto às vezes tantalizante da minuta distribuída na terça-feira aos banqueiros.

Há outras. Na composição do montante de desembolso inicial das garantias, que os bancos querem de US\$ 3,2 bilhões, o governo brasileiro conta com o compromisso de alguns credores privados do País de entrar com dinheiro novo para ajudar a concretização do acordo. Malan deu verbalmente essa informação aos banqueiros, sem mencionar os nomes dos bancos que se comprometeram a entrar com dinheiro novo.

Mas a impressão dominante depois do primeiro "espetáculo móvel" de apresentação do Plano Brady brasileiro talvez se-

ja sumarizada por Martin Schubert, presidente da Eurinam: "Tanto foi desastrosa que o preço da dívida do País caiu 1,5 ponto imediatamente. A exposição acabou deixando os banqueiros com mais dúvidas do que tinham antes".

Schubert nota, por exemplo, que o cálculo de que o País precisará de US\$ 3,2 bilhões para cobrir as garantias iniciais do Plano se fez com a taxa da Letra do Tesouro dos EUA de trinta anos em torno de 7,7%. A taxa está caindo, bateu ontem em 7,23%, o que significa que seu preço de face está subindo. Com esse mesmo dinheiro, o País compra hoje menos garantias do que compraria em julho de 1992.

Quem vai pagar a diferença? Malan diz que espera que os bancos provejam. Na realidade, o contexto vai ajudando o Brasil a empurrar os bancos para o seu papel preferido, o bônus de desconto, o único que terá todas as garantias supridas na data da troca. "É a opção de quem não quer correr risco Brasil", diz Ana Wong, vice-presidenta no banco suíço Socimer.